

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.663.774 - GO (2020/0034860-7)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : BANCO OLE BONSUCESO CONSIGNADO S.A.
ADVOGADOS : LEONARDO COSTA FERREIRA DE MELO - MG103997
EUGENIO COSTA FERREIRA DE MELO - MG103082
RODRIGO VENEROSO DAUR - MG102818
AGRAVADO : SILVIA BORGES DA SILVA SALES
ADVOGADOS : MARILSON RIBEIRO SOARES - GO031931
WERINGTHON DOUGLAS DE JESUS SANTOS - GO035347

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por BANCO OLE BONSUCESO CONSIGNADO S.A. contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a" e alínea "c" da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS, assim resumido:

AGRAVO INTERNO. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. NATUREZA HÍBRIDA. ALEGAÇÃO DE INOBSERVÂNCIA DE ENTENDIMENTO CONSOLIDADO NO RECURSO ESPECIAL Nº 1.358.057/PR. NÃO OCORRÊNCIA. CONTROVÉRSIA COM OBJETO DISTINTOS E NÃO SUBMETIDA À SISTEMÁTICA DO JULGAMENTO DOS RECURSOS REPETITIVOS. APLICAÇÃO TÉCNICA DO DISTINGUISHING. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA IMPOSSIBILIDADE.

1. Nos termos da norma contida no art. 489, § 1º, VI, do CPC, não se considera fundamentada a decisão que deixar de seguir precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento. 2. Nas hipóteses de julgamento fundadas em precedentes dos recursos repetitivos, é aplicável a técnica do *distinguishing*, o que possibilita afastar a incidência do recurso paradigma, sem contudo, excluí-lo da sistemática processualística, que somente será aplicada quando, no caso em análise, existirem circunstâncias fático-jurídicas que não foram objeto das teses discutidas e dirimidas no precedente, ou quando não forem semelhantes à insurgência em discussão. 3. Na hipótese, não há falar em inobservância entendimento firmado no REsp nº 1.358.057/PR, porquanto o referido recuso especial além de não ter sido julgado sob a sistemática dos recursos repetitivos, o seu objeto trata do afastamento da hipervulnerabilidade da pessoa idosa em firmar contrato de cartão de crédito consignado. 4. *In casu*, a decisão agravada reconheceu que a instituição financeira contribui para o endividamento do consumidor, ao ludibriar a margem consignada permitida para os contratos de empréstimos com desconto em folha de pagamento, porquanto, em vez de firmar contrato de empréstimo consignado, disponibiliza ao contratante o

cartão de crédito consignado, com desconto em folha de pagamento da fatura mínima, refinanciando-se o saldo devedor, cujo o débito principal apresentará um crescimento gradual, tornando-se a dívida, impagável além de induzir o consumidor, parte hipossuficiente da relação, ao erro, por não poder identificar a natureza jurídica do que foi contratado 5. O agravo interno deve ser desprovido, quando a matéria nele versada tiver sido suficientemente analisada, na decisão recorrida, e o agravante não apresentar elementos capazes de motivarem sua reconsideração ou justificarem sua reforma. Inteligência do artigo 1.021 do Código de Processo Civil.

AGRAVO INTERNO CONHECIDO E DESPROVIDO.
DECISÃO MONOCRÁTICA MANTIDA.

Quanto à primeira controvérsia, interpõe o recurso especial pela alínea "a" do permissivo constitucional.

Quanto à segunda controvérsia, pela alínea "c" do permissivo constitucional, no que concerne à regularidade dos contratos de cartão de crédito consignado, traz os seguintes argumentos:

Importante destacar, desde já, que existe inequívoco dissídio jurisprudencial em relação à regularidade dos contratos de cartão de crédito consignado. Com efeito, ressuma, claramente, que o ven. acórdão recorrido caminhou em sentido contrário aos demais Tribunais e o próprio Superior Tribunal de Justiça ao declarar a abusividade das cláusulas referentes ao contrato objeto da lide.

O Acórdão proferido se baseou na Súmula 63 do TJGO que define como abusivos contratos de cartão de crédito consignado. Entretanto tal decisão viola diversos preceitos superiores.

Segue decisão paradigma anexa em que é reconhecido por este próprio tribunal a ciência do cartão de crédito consignado e assim foram negados os pedidos iniciais. (fls. 570)

É o relatório. Decido.

No que concerne à primeira controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente deixou de indicar precisamente os dispositivos legais que teriam sido violados, ressaltando que a mera citação de artigo de lei na peça recursal não supre a exigência constitucional.

Aplicável, por conseguinte, o enunciado da citada súmula: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido: "Impossível o conhecimento do recurso pela alínea 'a'. Isto porque não há na petição do recurso especial a clara indicação dos dispositivos legais que

se entende por violados. A citação de passagem de artigos de lei não é suficiente para caracterizar e demonstrar a contrariedade a lei federal, já que impossível identificar se o foram citados meramente a título argumentativo ou invocados como núcleo do recurso especial interposto" (AgInt no REsp n. 1.615.830/RS, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 11/6/2018).

Ademais, incide novamente o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que “as razões do recurso especial devem exprimir, com transparência e objetividade, os motivos pelos quais o julgado recorrido deve ser reformado. A narrativa acerca da legislação que rege o tema em debate, sem que se aponte a contrariedade ou a negativa de vigência pelo julgado recorrido, não preenchem os requisitos formais de admissibilidade recursal” (AgInt no REsp n. 1.532.990/MT, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 14/2/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg nos EDcl nos EDcl no AREsp n. 334.099/SP, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 22/11/2018; AgInt no AREsp n. 1.261.044/AM, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 12/9/2018; e AgInt no AREsp n. 1.291.631/GO, relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe de 30/8/2018.

Quanto à segunda controvérsia, incide também o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente deixou de indicar com precisão quais dispositivos legais seriam objeto de dissídio interpretativo, o que atrai, por conseguinte, o enunciado da citada súmula: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nessa linha, o Superior Tribunal de Justiça já se manifestou no sentido de que, “uma vez observado, no caso concreto, que nas razões do recurso especial não foram indicados os dispositivos de lei federal acerca dos quais supostamente há dissídio jurisprudencial, a única solução possível será o não conhecimento do recurso por deficiência de fundamentação, nos termos da Súmula 284/STF” (AgRg no REsp n. 1.346.588/DF, relator Ministro Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, DJe de 17/3/2014).

Ademais, não foi comprovada a divergência jurisprudencial, uma vez que não cumpridos os requisitos legais dos arts. 1.029, § 1º, do CPC/2015 e 255, § 1º, do

Superior Tribunal de Justiça

RISTJ.

Nesse sentido, os seguintes julgados: AgInt no AREsp 1.339.575/DF, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 2/4/2019; AgInt no REsp 1.763.014/RJ, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 19/12/2018; AgInt no REsp 1.696.707/MG, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 12/3/2018; e AgRg no REsp 1.683.470/AP, relator Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe de 31/10/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 1º de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente